Portaria nº. 025/2025

Crixás, 03 de janeiro de 2025.

Certifico e dou fé que este ato foi publicado no placard da Câmara Municipal na presente data

Outman

Crixag-GO.

"Fixa o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas do Poder Legislativo Municipal de Crixás-GO nas categorias de qualidade comum e de luxo"

O Presidente da Câmara Municipal de Crixás em exercício, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no Regimento Interno da casa, e ainda, observadas as disposições contidas da Lei 14.133 de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Portaria fixa o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas do Poder Legislativo Municipal de Crixás-GO nas categorias de qualidade comum e de luxo.

Art. 2°. Para fins do disposto neste decreto, considera-se:

way



Câmara Municipal de Crixás

- I bem de luxo: bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:
- a) ostentação;
- b) opulência;
- c) forte apelo estético; e
- d) requinte.
- II bem de qualidade comum: bem de consumo com baixa ou moderada elasticidaderenda da demanda;
- III bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:
- a) durabilidade em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de 12 (doze) meses;
- b) fragilidade facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;
- c) perecibilidade sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
- d) incorporabilidade destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal;
- e) transformabilidade adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem;
- IV elasticidade-renda da demanda: razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média.
- Art. 3º. O ente público considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I do caput do art. 2º:
- I relatividade econômica variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem;
- II relatividade temporal mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:
- a) evolução tecnológica;
- b) tendências sociais;
- c) alterações de disponibilidade no mercado;
- d) modificações no processo de suprimento logístico.

Monge



- Art. 4º. Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do caput do art. 2º:
- I for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza;
- II tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade; e
- III possuir elementos de aquisição singulares.
- Art. 5°. É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto nesta Portaria.
- Art. 6°. Diante das hipóteses classificatórias residuais sobre os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal nas categorias de qualidade comum e de luxo, o Poder Legislativo seguirá as normas editadas pela União, conforme disposto no artigo 187 da Lei Federal 14.133/2021.
- Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 03 de janeiro de 2025.
- Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Crixás, 03 de

janeiro de 2025.

MARCOS FERREIRA DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Minicipal

Adm. 2025/2026